

Arquivos físicos e digitais no Tempo Presente: os “impensados” da História da Educação?

Dóris Bittencourt Almeida

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
almeida.doris@gmail.com |  0000-0002-4817-0717

235

Resumo

Neste ensaio, afetada por questões do Tempo Presente, discuto os arquivos digitais e suas relações com dois conceitos sintomáticos da contemporaneidade: a memória e o patrimônio. Em meio a provocações próprias do tema, pondero sobre os usos desses arquivos, seus limites e potências, pensando nos leitores interessados em História da Educação, que vêm sendo subjetivados no contato com novas tecnologias, muitas vezes naturalizadas em seu ofício de pesquisar. Trata-se de um tema relevante, pela relação visceral que se estabelece entre quem pesquisa e a documentação analisada, seja ela física ou digital, relação essa que permitirá a construção do conhecimento histórico. Portanto, questiona-se: existem diferenças substanciais entre fontes digitais e fontes em papel? O uso de ferramentas digitais na prática de pesquisa é capaz de modificar os processos, percepções, intuições e a interpretação do passado? Quais os ganhos e os limites dos acervos digitais para a escrita da história? Para melhor desdobramento das ideias, organizo o texto em três seções. Primeiramente, situo a reflexão nas discussões acerca do Tempo Presente. A seguir, procuro trazer questões que envolvem a prática historiadora e o uso dos arquivos digitais. E, por fim, defendo a legitimidade dos arquivos digitais nas escolas, associada ao direito à memória e ao patrimônio, fundantes para a cidadania. Neste Tempo Presente, constituído por ondas memoriais e ânsia patrimonialista, ampliam-se vertiginosamente os arquivos digitais. Pensar nesse modo de arquivar pressupõe considerá-los como *pontes*, pelas suas capacidades de guardar e de serem propagados, promovendo, assim, a ampliação da produção historiográfica.

Palavras-chave:

Arquivos digitais; Pesquisa em História da Educação; Patrimônio educativo; História do Tempo Presente

Archivos físicos y digitales en el Presente: ¿lo «impensado» de la Historia de la Educación?

Resumen

En este ensayo, influenciada por cuestiones del Tiempo Presente, discuto los archivos digitales y su relación con dos conceptos sintomáticos de la contemporaneidad: la memoria y el patrimonio. En medio de los desafíos inherentes al tema, reflexiono sobre los usos de estos archivos, sus limitaciones y su potencial, considerando a los lectores interesados en la Historia de la Educación, quienes han sido moldeados por su interacción con nuevas tecnologías, a menudo naturalizadas en sus prácticas de in-

vestigación. Este es un tema relevante debido a la relación visceral que se establece entre los investigadores y la documentación analizada, ya sea física o digital, una relación que posibilita la construcción del conocimiento histórico. Así, surgen las siguientes preguntas: ¿Existen diferencias sustanciales entre las fuentes digitales y las fuentes en papel? ¿El uso de herramientas digitales en la práctica investigativa modifica los procesos, las percepciones, las intuiciones y la interpretación del pasado? ¿Cuáles son los beneficios y las limitaciones de las colecciones digitales para la escritura de la historia? Para desarrollar mejor estas ideas, organizo el texto en tres secciones. Primero, sitúo la reflexión en el marco de los debates sobre el Tiempo Presente. Luego, abordo cuestiones relacionadas con la práctica historiográfica y el uso de archivos digitales. Finalmente, defiendo la legitimidad de los archivos digitales en las escuelas, vinculándolos al derecho a la memoria y al patrimonio, que son fundamentales para la ciudadanía. En este Tiempo Presente, marcado por olas de memoria y una ansiedad patrimonialista, los archivos digitales están creciendo vertiginosamente. Reflexionar sobre esta forma de archivar requiere considerarlos como puentes, dadas sus capacidades para preservar y difundirse, promoviendo así la expansión de la producción historiográfica.

Palabras clave:

Archivos digitales; Investigación en Historia de la Educación; Patrimonio educativo; Historia del Tiempo Presente

Physical and digital archives in the Present Time: the “unthoughtful” of the History of Education?

Abstract

In this essay, influenced by issues of the Present Time, I discuss digital archives and their relationship with two symptomatic concepts of contemporaneity: memory and heritage. Amid the challenges inherent to the topic, I reflect on the uses of these archives, their limitations, and their potential, considering readers interested in the History of Education, who have been shaped by their interaction with new technologies, often naturalized in their research practices. This is a relevant topic due to the visceral relationship established between researchers and the analyzed documentation, whether physical or digital—a relationship that enables the construction of historical knowledge. Thus, the following questions arise: Are there substantial differences between digital sources and paper sources? Does the use of digital tools in research practice modify the processes, perceptions, intuitions, and interpretation of the past? What are the benefits and limitations of digital collections for the writing of history? To better unfold these ideas, I organize the text into three sections. First, I situate the discussion within the debates on the Present Time. Next, I address issues involving historiographical practice and the use of digital archives. Finally, I argue for the legitimacy of digital archives in schools, linking them to the right to memory and heritage, which are foundational to citizenship. In this Present Time, marked by memory waves and patrimonialist anxiety, digital archives are expanding vertiginously. Reflecting on this mode of archiving requires considering them as bridges, given their capacity to preserve and disseminate, thereby promoting the expansion of historiographical production.

Keywords:

Digital Archives; Research in the History of Education; Educational Heritage; History of the Present Time

O silêncio de uma sala de arquivos é muito mais violento que qualquer algazarra de pátio de escola, sobre um fundo de recolhimento de igreja, ele corta, isola impiedosamente os ruídos dos corpos, o que os torna, ao mesmo tempo, agressivos e perniciosamente causadores de ansiedade. O silêncio da sala dos arquivos é fabricado de olhares que se demoram sem ver ou encararam como cegos. Ninguém escapa dessa

errância dos olhos, nem mesmo o mais obstinado dos leitores com o rosto obscurecido pelo trabalho. Nas salas dos arquivos, os cochichos enrugam a superfície do silêncio, os olhos se perdem e a história se decide. O conhecimento e a incerteza misturados se ordenam em uma ritualização exigente onde a cor das fichas, a autoridade dos arquivistas e o cheiro dos manuscritos servem de balizas para um mundo sempre iniciático. Além do manual de instruções, sempre ubuesco, encontra-se o arquivo. A partir daí começa o trabalho. (Farge, 2009, p. 52-53)

Introdução

Em narrativa autobiográfica, Arlete Farge nos conduz ao misterioso mundo dos Arquivos,¹ entendidos por ela como lugares físicos. Discorre acerca das emoções e das sensações que habitam aquele que se dedica ao trabalho nesses lugares. No presente ensaio, proponho um certo deslizamento desta reflexão, no sentido de pensar os usos dos arquivos digitais na pesquisa historiográfica, considerando as possíveis fronteiras com os arquivos físicos e os impactos no trabalho dos historiadores da educação. Trata-se de um tema relevante, tendo em vista sua fundamentalidade na operação historiográfica, pela relação visceral que se estabelece entre quem pesquisa e a documentação analisada, seja ela física ou digital, relação essa que permitirá a construção do conhecimento histórico.

237

Ao iniciar as investidas nessa questão, percorri meu itinerário como pesquisadora, que teve seu início lá no final dos anos 1990. Lembro que, com esforço e algumas aulas extras na escola, comprei um computador (e um móvel para o mesmo), afinal eu havia sido aprovada no Curso de Mestrado, no Programa de Pós-graduação em Educação/UFRGS e já se sabia da importância daquela tecnologia para a escrita acadêmica. Para o uso ilimitado da internet, ainda faltariam alguns anos. Entretanto, mesmo adquirindo o computador, os manuscritos em papel e os livros em suporte brochura foram meus companheiros mais fieis tanto no Mestrado, quanto no Doutorado, concluído em 2007. Quanto às fontes garimpadas para ambas as pesquisas, ou foram copiadas à mão ou xerocados, constituindo um considerável volume documental. Muitos desses materiais não foram descartados e sim guardados pelo alto significado simbólico na construção de minha identidade profissional.

E hoje? Como pesquisamos? Arquivos digitais se fazem muito presentes em nossa prática historiadora, na busca por referências de estudos, na fotografia/digitalização de documentos, seguidos de compartilhamentos infinitos, na navegação pelos repositórios de documentação, entre tantas outras ações próprias do ofício do pesquisador. Como dizem Eric Brasil e Leonardo Nascimento, “Qual história hoje não é digital?” Podemos dizer que a grande quantidade de produção científica que se tem nos últimos anos está diretamente relacionada às fontes digitais que possibilitam investigações em larga escala, sendo esse número gigantesco,

¹ Ao longo do texto, uso Arquivo (com letra maiúscula) quando estiver a me referir ao lugar físico que conserva documentos. O conceito de arquivo compreende mais de um significado: como lugar físico, móvel, documento (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005).

da ordem do impensável em outras temporalidades. Neste sentido, Roger Chartier (1999) compara a mítica biblioteca de Alexandria, que outrora representava o lugar físico de maior acúmulo de *livros*, com o advento do texto eletrônico. A partir dessa analogia, percebe que, enfim, na contemporaneidade, a ideia de um *lugar* que abarcasse o saber universal tornou-se possível, em suas palavras, “a contradição entre o mundo fechado das coleções e o universo infinito do escrito perde seu caráter inelutável” (p. 117).

Portanto, esses novos modos de pesquisar impactam a produção do conhecimento histórico, assim como exercem fortes influências nos fazeres dos pesquisadores que vêm sendo subjetivados no contato com recentes tecnologias. É possível que tenhamos entre nós estudantes e colegas de profissão que têm pouco hábito de frequentar os Arquivos, instituições de salvaguarda de documentação do passado. É possível que tenhamos entre nós estudantes e colegas que tenham poucos livros físicos e textos impressos em suas casas, mas conservem em seus computadores e espaços privados virtuais uma grande quantidade de *e-books*, entre outras leituras em formato pdf, bem como acervos digitalizados por si ou por outrem. Esses são comportamentos típicos do Tempo Presente que incidem nas práticas acadêmicas, influem na constituição dos novos pesquisadores e geram alto impacto na produção de conhecimento científico. Minha intenção nessas páginas é exercitar o pensamento sobre isso e, quem sabe, avançar nessas discussões.

Sentindo-me afetada pelo tema, faço essas indagações: Existem diferenças substanciais entre fontes digitais e fontes em papel? O uso de ferramentas digitais na prática de pesquisa é capaz de modificar os processos, percepções, subjetividades, intuição e a interpretação do passado? Quais os ganhos e os limites dos acervos digitais para a escrita da história? Como manter “o sabor do arquivo” (Farge, 2009) quando o que se tem é o acesso ao documento pela tela do computador ou do celular e não se pode tocá-lo, senti-lo? Nesses tempos desafiadores dos últimos anos, de ascensão da memória, seriam os arquivos digitais uma forma segura de preservação da memória e de garantia de acesso à informação?

Para melhor estruturação deste ensaio, organizo o texto em três seções. Primeiramente, procuro situar a reflexão em torno dos arquivos inserida nos postulados do Tempo Presente, marcado pela força da memória e do patrimônio. A seguir, procuro trazer à discussão questões que envolvem a prática historiadora com o uso dos arquivos digitais. E, por fim, uma seção que debate a legitimidade dos arquivos digitais escolares associados ao direito à memória e ao patrimônio educativo, fundantes para a cidadania.

Um tempo que exorta a arquivar

A pesquisa histórica pressupõe conexões entre as dimensões temporais, não está circunscrita ao passado, mas sim entrelaçada ao presente e a futuros possíveis. Todavia, Michel de Certeau (1987) dizia que o tempo seria “o impensado da História”, ou seja, como historiadores, teríamos nos habituado a ele e, por isso, muitas vezes o negligenciaríamos, não problematizando devidamente a questão temporal em nossos estudos. A partir dessa provocação, se questiona: seriam os arquivos digitais também “impensados” da História? Como historiadores, costumamos meditar sobre seus usos? Ou simplesmente são empregados como fontes?

Para começar a responder, me parece importante explicitar algumas evidências das manifestações do tempo em que vivemos. As pessoas que nasceram antes das últimas décadas do século XX, nas quais eu me incluo, experimentaram/experimentam importantes transformações em seu cotidiano de vida e de trabalho. Fico a imaginar aqueles que nos deixaram no início do século XXI, quando, por exemplo, os aparelhos de telefone celular começavam a se colocar como algo interessante para nos comunicarmos, quando apenas algumas pessoas tinham computadores e o uso da internet ainda era algo de acesso restrito. O que diriam, como se sentiriam se voltassem ao mundo, hoje?

Convivemos, sem prestarmos atenção o suficiente, com *novas* tecnologias e seus usos permitem que desenvolvamos comportamentos muito distintos de outras temporalidades, tanto no âmbito privado quanto no acadêmico/profissional. É assim que as repercussões do mundo virtual se colocam peremptoriamente e quase determinam muitas de nossas práticas: a busca por informações, as formas de nos comunicarmos e de nos relacionarmos com outras pessoas, os hábitos de estudo, de lazer e de consumo. Além disso, são grandes os efeitos da virtualidade na leitura e escrita em telas, na pesquisa e, consequente, na produção do conhecimento científico. É uma experiência muito diferente, como exemplo, a leitura de um jornal impresso e do mesmo periódico digitalizado. É outra leitura que provoca distintos modos de apropriação do que se lê (Chartier, 1995).

Em contrapartida, cultiva-se uma espécie de nostalgia de épocas muitas vezes não vividas diretamente, manifestada em diferentes práticas de subjetivação. Quem de nós não se emociona diante de discos de vinil e suas capas geniais? Quem de nós não se afeta diante de antigas cristaleiras, louças e cálices, tão delicados, utilizados nas casas do século XIX? E o que dizer dos antigos álbuns de fotografias que capturaram flagrantes da vida daqueles que nos antecederam? E ainda, como não se comover diante de escritas epistolares, com seus papéis especiais, caligrafias caprichadas e conteúdo sensível, comumente guardadas em gavetas por anos a fio?

Esses singelas situações apresentadas permitem que nos aproximemos das discussões sobre o Tempo Presente. François Hartog (2013) cunhou o conceito de “regime de historicidade” como categoria de observação para as manifestações do tempo, em diferentes épocas. Assim, constata que o regime moderno de historicidade, localizado até o início do século XX, ao menos nas sociedades ocidentais, acreditava em um futuro promissor a todos, diante de um presente incerto e um passado que se entendia marcado pela obscuridade. Para o historiador, essas certezas se alteraram ao longo do século XX e chegamos à metade da segunda década do século XXI percebendo grandes mudanças nessas percepções temporais, sobretudo pelo sentimento de temor em relação à noção de futuro. Essas percepções alteram nossa relação com o passado, produzindo outros comportamentos no tempo presente.

Seguindo o entendimento de Hartog, vivemos sob a égide de uma aceleração temporal, o que chama “presentismo”, como o regime de historicidade contemporâneo. Simultaneamente, observa a ascensão da memória, do patrimônio e da arquivização como sinais do que nos move *aqui e agora*, que se evidencia tanto em ações no espaço público, quanto no privado. Portanto, memória, patrimônio e a obsessão pelos arquivos constituem-se em fortes sinais deste momento presentista, em que as sensações de fugacidade e velocidade

do tempo se colocam como imperativos. O historiador nos diz que esses sentimentos despertam a atenção para os três conceitos, como “uma maneira de se situar e de se encontrar a si mesmo, proteger o passado e presente, preservar para o futuro” (Hartog, 2017, p. 46), evitando, assim, o esquecimento que pode conduzir ao apagamento.

O fenômeno memorial está em alta, bem o sabemos, ora como dever, como direito, como luta, como testemunho. Andreas Huiszen (2000), no livro “Seduzidos pela memória”, identifica esse fenômeno como “uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais” (p. 19) e indaga os motivos pelos quais alimentamos essa obsessão com a memória e com o passado? Na mesma linha de raciocínio, pergunta “por que este medo do esquecimento? Por que estamos construindo museus como se não existisse o amanhã?” (p. 24). Ao contrário das grandes expectativas com o futuro, próprias do final do século XIX e início do XX, essa *volta ao passado* emerge como necessidade de se ter alguma ancoragem diante de um presente apressado, que parece se desvanecer a todo instante, em que pouco espaço há para estimar o que virá. Neste sentido, este autor postula que “o mundo está sendo musealizado e que todos nós representamos os nossos papéis nesse processo” (p. 15).

Chegando às questões que interessam diretamente a este texto, como entender a abundância dos arquivos digitais no Tempo Presente, tempo este ávido por memória e por patrimônio? Essa forma de arquivar proclama uma vontade de memória (Nora, 1993; Vidal e Paulilo, 2020) que extrapola os limites de salvaguarda convencional, alinhada a novos comportamentos que nos impelem a práticas cibernéticas. A construção de arquivos digitais, tanto do ponto de vista pessoal, quanto institucional, portanto, não é algo natural, muito menos espontânea, e sim faz parte de um complexo engendramento que envolve as tecnologias contemporâneas de produção de informações a imposição de um Presente fluido, que não se basta, precisa de raízes, como ancoragens, e elas estão no passado.

Semanticamente, o significado de vontade diz que é a “faculdade que tem o ser humano de querer, de escolher, de livremente praticar certos atos; capacidade de escolher, de decidir entre alternativas possíveis” (Houaiss, 2004, p. 2882). As ideias de vontade, de querer, aliadas à memória sugerem o exercício dos verbos cuidar, proteger, salvaguardar, patrimonializar, entrecruzando passados, presentes e futuros, afinal, nessas ações buscam-se vestígios pretéritos, que são praticadas no *aqui/agora*, mais ou menos intencionalmente, pensando nos que virão depois de nós. Nas palavras de Vidal e Paulilo:

[...] é a partir de um presente, que pode se situar no passado, que os acervos foram constituídos, por vezes, organizados e preservados. As questões contemporâneas ao ato da guarda guiaram uma vontade de memória, expressa no significado atribuído aos documentos conservados [...] há que se atentar para a existência de várias camadas de temporalidade do que consideramos outrora. (Vidal & Paulilo, 2020, p. 13)

Neste sentido, guardar torna-se um verbo imperativo. Nas palavras de Pierre Nora, “Arquive-se, arquive-se, sempre sobrará alguma coisa!”. Seguindo seus enunciados da década de 1980, “nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna produz, não somente pelos meios técnicos

de reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio” (Nora, 1993, p. 15). É bem possível que quando Nora refletiu sobre essas questões, nem imaginasse a quantidade de arquivos digitais produzidos contemporaneamente.

Na esteira desses postulados, podemos dizer que vivemos um tempo em que não basta só o gesto físico de guardar, pois essas materialidades, por inúmeros motivos, intencionais ou não, podem não sobreviver no plano físico. Assim, a digitalização seria um modo, quiçá mais seguro, de enfrentar o risco do apagamento de muitas memórias e garantir que alcancem uma espécie de *imortalidade*. Todavia, não sejamos ingênuos, neste *outro mundo* cibernético os apagamentos também podem acontecer. Entende-se, enfim, que o gesto de arquivar virtualmente opera como uma vontade *a mais* de memória, potencializada no Tempo Presente, seguindo os sentimentos que se enraizaram na sociedade de que “não há memória espontânea, é preciso criar arquivos, é preciso organizar celebrações [...] porque essas operações não são naturais.” (Nora, 1993, p. 13).

Entendo essas questões temporais como sumariamente importantes pelas suas implicações nos arquivos, sejam eles físicos ou digitais, e, consequentemente, pelas suas ressonâncias no trabalho do historiador, afinal, como diz Nora “a necessidade de memória é uma necessidade de história” (p. 14). A emergência da memória, inscrita neste “momento particular de nossa História” (p. 8), nas palavras do historiador, ajuda a refletir acerca deste gosto pelo passado, em que se misturam sentimentos de dever e de encantamento diante dos traços de outras épocas. Ao perceber a “obsessão pelo Arquivo que marca o contemporâneo” (p. 14), afirma que é preciso criar “locais de memória porque não há mais os meios de memória” (p. 7), ou seja, evoca-se uma memória esfacelada, residual aos locais, capaz de oferecer algum esteio, alguma sensação de estabilidade neste tempo em que tudo parece fugaz.

241

Uma “nova erudição” diante dos arquivos digitais

Na década de 1990, o compositor brasileiro Gilberto Gil, observador atento a seu tempo, na letra da música “Pela internet”, dizia: “criar meu web site, fazer minha home-page, com quantos gigabyte se faz uma jangada, um barco que veleje nesse infomar, que aproveita a vazante da infomaré”? Observando a na canção, como de lá para cá os pesquisadores vêm desenvolvendo sua prática historiadora?

Para começar a reflexão, pensemos no historiador que deambula pelas salas dos Arquivos (Certeau, 2008) ou, no conforto de seu escritório, navega pela internet e seus repositórios digitais. Quem eram e quem são essas pessoas, no passado e no presente? Quem era aquele que *passava a vida* dentro de Arquivos e bibliotecas, aspirava o cheiro dos papéis envelhecidos, mantinha com eles uma intimidade construída ao longo de anos, forçava os olhos para decifrar caligrafias de outrora, emocionava-se ao tocar em papéis há muito não manuseados por ninguém? Temos tempo para permanecer horas a fio imersos nesses espaços de memória? Ainda percorremos esses lugares em nosso ofício cotidiano? Penso que sim, mas eu diria que cada vez menos. Planejamos ações mais pontuais, facilitadas pelas novas tecnologias de digitalização dos documentos. As urgências, os modos como somos subjetivados, neste avançar do século XXI, exigem outros modos de fazer história.

Mais uma vez é Certeau quem nos lembra que a produção historiográfica sempre é sistematizada pelas condições técnicas de seu tempo, ou seja, nas palavras do historiador, “cada sociedade se pensa historicamente com os instrumentos que lhe são próprios” (Certeau, 2008, p. 78). Assim, a fabricação da história exige a manipulação de fontes que sempre obedecem a determinadas “leis do meio” (p. 72). O processo de ir aos Arquivos continua sendo o “enunciado de uma lei tácita da História” (p. 85), no entanto, se antes ocupávamos muitos dias a copiar os documentos que nos interessavam, lembrando a atividade dos monges medievais copistas, demorando um tempo que beirava o infinito dentro dos Arquivos, hoje, diante da velocidade de percepção temporal e da necessidade de produzirmos conhecimento com rapidez, substituímos esse processo artesanal em que papel e caneta eram fundamentais, pelo uso de aparelhos de celular, scanners portáteis, que, agilmente, colocam em nossas mãos o teor dos documentos buscados. Produzimos, assim, a memória, que é a matriz da História (Ricoeur, 2007), sem a qual não existe o conhecimento historiográfico, ou seja, produzimos a “coleção”, “este gesto de isolar um corpo” (2008, p. 81), analisado por Certeau. No passado e no presente, “em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos, certos objetos distribuídos de outra maneira” (Certeau, 2008, p. 81), nos diz o historiador. É assim que se *fabricam* os documentos com os quais se opera, sendo eles arquivos físicos e nato-digitais, ou arquivos físicos que se transformam em digitais.

Como “leitor dos tempos” (Albuquerque Jr., 2019), o historiador tem prazos a cumprir, prazos curtos, de acordo com as diretrizes do fazer científico na contemporaneidade. Neste tempo repleto de *agoras*, há pressa de iniciar a pesquisa, ânsia em engendar a documentação, em construir a problemática do estudo, analisar os dados, chegar a resultados, escrevê-los e publicá-los. No afã de vencer essas etapas, corremos o risco de “perder o arquivo como questão, como problema, como uma camada de tempo que condiciona a leitura daquilo que ele guarda. O historiador pode esquecer-se dos tempos do arquivo, esquecer-se dos tempos do corpo próprio e do corpo do documento, de sua materialidade” (p. 58). É o que diz Durval Muniz de Albuquerque Jr.

Nessa perspectiva, o que podemos dizer do exame de um documento que está em nossas mãos e daquele que apenas temos acesso pelas telas? O que muda, o que não muda? Procurando pensar nas idiossincrasias dos arquivos, Brasil e Nascimento explicam que a conversão de um registro histórico de qualquer natureza em documento digital não pode ser considerado algo banal, pois, apesar de seu conteúdo permanecer substancialmente o mesmo, a modificação da materialidade da fonte conduz a um novo estatuto em relação ao modo como lidamos com a informação contida nele. Para Arlete Farge (2009), por exemplo, os manuscritos microfilmados do século XIX alteram a leitura e interpretação dos documentos, ela afirma que apenas o contato físico proporciona uma experiência de contato com o passado. Embora a autora admita a utilidade do procedimento da microfilmagem para a conservação documental, pondera a importância da perda do contato tático com esses vestígios do passado e os impactos acarretados na produção historiográfica, para Farge “o arquivo manuscrito é um material vivo, enquanto sua reprodução microfilmada é um pouco letra morta, ainda que se revele necessária.” (2009, p. 22)

Roger Chartier (1995, 1999) também discorre sobre essas questões, ao ponderar acerca das diferentes implicações quando se lê no papel ou nas telas. Para o historiador, a

leitura diante da tela é geralmente descontínua e busca, a partir de palavras chave ou rubricas temáticas, o fragmento textual do qual quer apoderar-se, como artigos em periódicos, capítulos em *e-book*, informações em *websites*, sem que necessariamente sejam percebidas a identidade e a coerência da totalidade textual que contém esse elemento. Ou seja, Farge e Chartier concordam que a rematerialização do documento faz desaparecer consideráveis propriedades sensoriais, alterando a cor, o cheiro, a textura, o prazer do manuseio. Isso provoca diferenças nas práticas de leitura, que induzem a considerar mais o conteúdo, embora fragmentado. Chartier (1999), em seu clássico *A aventura do livro, do leitor ao navegador*, chama a atenção para a existência da tela sobre a qual o texto eletrônico é lido, como um artefato que não é manuseado diretamente pelo leitor. Em suas palavras

a inscrição do texto na tela cria uma distribuição, uma organização, uma estruturação do texto que não é de modo algum a mesma com a qual se defrontava o leitor do livro em rolo da Antiguidade ou o leitor medieval, moderno e contemporâneo do livro manuscrito ou impresso, onde o texto é organizado a partir de sua estrutura em cadernos, folhas e páginas. (Chartier 1999, p. 12-13).

Segundo o historiador, essas evidências indicam a ideia de uma “revolução nas estruturas do suporte material do escrito, assim como nas maneiras de ler” (1999, p. 13)

Portanto, há diferenças ao examinar documentos físicos e digitais, embora o conteúdo possa ser o mesmo. Modificam-se os modos de apreensão do passado e o fazer do historiador também passa por transformações. Le Goff explica que “o novo documento é armazenado e manejado em bancos de dados, ele exige uma nova erudição” (1996, p. 545), tal qual sugere o título dessa seção. A internet também inaugura uma nova categoria de fontes para a pesquisa histórica, o que resulta na exigência de um novo rigor metodológico para o trabalho com esse tipo de fontes. Portanto, a quantidade de documentos produzidos e difundidos no formato virtual e on line amplia a diversidade de olhares, perspectivas e construção de narrativas sobre o passado. Diana Vidal, em 2002, explicava a importância de se perceber o arquivo digital como uma nova materialidade que acarreta mudanças no corpo, nas relações pessoais, temporais e espaciais e nos modos de ler e produzir significados, sabendo-se, de antemão, que não podemos antecipar todas as repercussões futuras de seu uso. Neste sentido, à medida que o suporte das fontes sofre modificações, o nosso olhar sobre elas também é modificado.

Avançando nessa discussão, a criação de cópias idênticas pode gerar outro impacto na tarefa básica do método histórico: a crítica documental. Acreditar nas fontes e, ao mesmo tempo, duvidá-las constitui uma esquisita relação que precisamos manter com os documentos de uma pesquisa, como ensina Maria Teresa Santos Cunha (2019). A análise crítica pressupõe fazer a história da própria fonte, quase uma desconstrução, passando pela reflexão sobre as características do suporte, sua estrutura formal, o perfil do discurso e o vocabulário utilizado, tendo como referências as indagações: o que é, como foi produzida? Quais os seus percursos? Por que foi feita? Para quem? Por quem? Nessa perspectiva, o trabalho do historiador diante do arquivo digital não é diferente do trabalho diante do arquivo físico, pois exige o mesmo rigor no tratamento documental. A existência das novas

tecnologias não pressupõe que antigos procedimentos sejam abandonados, muito antes pelo contrário. Organização, catalogação, descarte são operações necessárias até mesmo para indexação de informações no meio digital. Entretanto, os documentos digitais conservam particularidades, promovem o contato indireto com as fontes originais e, por isso, corre-se o risco de estar menos atento aos cuidados metodológicos, que podem ser escamoteados ante a agilidade da busca, velocidade de acesso e facilidade de armazenamento, questões próprias do Tempo Presente, conforme já dito aqui.

Arquivos digitais e seus usos em História da Educação: as “inquietudes da busca”

Diana Vidal (2005) avalia o cuidado com a manutenção dos arquivos escolares como um grande desafio para a pesquisa em História da Educação. Em síntese: sem arquivos, sem pesquisa. Para a autora, a preservação de acervos, seguindo os princípios da Arquivística, pressupõe, portanto, interlocuções que ampliam o horizonte de trabalho nessa área de pesquisa e, ao mesmo tempo, provoca fissuras no que até então se considerava a seara do historiador, pelos diálogos que põem em xeque fronteiras disciplinares.

Quando se pensa na documentação que orienta grandes diretrizes da Educação em uma determinada temporalidade, essas fontes são localizadas, física ou digitalmente, nas instituições do Estado, responsáveis por salvaguardar essas informações de caráter público. Mas, e quando se buscam outras materialidades, sobretudo aquelas mais sensíveis, relacionadas à cultura escolar² de uma instituição educativa, por exemplo? Quando se busca compreender os percursos singulares de docentes e discentes de uma escola? Aonde se buscam informações? A primeira resposta seria: nas escolas. Ao chegar nessas instituições, o que esperar quando se solicitam essas fontes? Com sorte, encontram-se alguns guardados nas bibliotecas, em prateleiras pouco consultadas, ou em armários nas salas da Direção das escolas, locais de pouco acesso ou mesmo desconhecidos da comunidade.

244

² Trata-se de um conceito muitas vezes indispensável para a historiografia da educação, que pode estar vinculado à ideia do patrimônio educativo. Julia (2001), Vinão-Frago (1995; 2008), Escolano Benito (2017), Chervel (1990), Vidal (2005, 2017) são historiadores da educação que, em seus estudos, discutem o conceito em questão. Neste sentido, cabe um destaque ao artigo Dominique Julia (2001), seminal no Brasil, publicado na Revista Brasileira de História da Educação, em seu primeiro número, em que chama a atenção para as normas e práticas que constituem a cultura escolar de uma instituição, sem deixar de atentar para as macropolíticas. De modo geral, pode-se dizer que a cultura escolar refere-se aos aspectos institucionalizados, ao cotidiano da escola, marcado por suas liturgias (Boto, 2017), aos modos de pensar, às materialidades de cada época, com algumas variações de análises. Julia explica que cultura escolar é o

conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (2001, p. 10)

Vinão Frago (1995) entende que a cultura escolar recobre as diferentes manifestações das práticas instauradas no interior das instituições, em suas palavras:

alguien dirá: todo. Y sí, es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer. Lo que sucede es que en este conjunto hay algunos aspectos que son más relevantes que otros, en el sentido que son elementos organizadores que la conforman y definen. (1995, p. 69)

Ao se insistir por outras informações, podemos ser levados até lugares comumente sombrios, em condições precárias de salubridade para a guarda de papéis antigos, conhecidos pela comunidade como “Arquivo morto” ou simplesmente “Morto”. O que dizer desses lugares com tais adjetivações? Situação difícil, enfrentada pelos historiadores da educação que adentram esses espaços deletérios e lá se dedicam à busca por dados que os ajudem a compreender e explicar os fenômenos investigados. Essa realidade foi constatada em importante artigo de Rosa Fatima de Souza-Chaloba (2013), ao escrever que

amontoados em porões, debaixo de escadas, em salas apertadas, distribuídos ao acaso em armários e caixas, descuidados e sem interesse, documentos [...] sobrevivem a intempéries, goteiras, condições de insalubridade, falta de identificação, organização e armazenamento adequado na maioria das escolas. (2013, p. 205)

Nesta perspectiva, postula-se o significado em proteger os vestígios da escola, cuidar daquilo que, por diferentes motivos, por ação ou acaso, conseguiu sobreviver ao tempo, conseguiu escapar da ferocidade de Chronos, considerados por Escolano Benito (2017) “os lixos da escola”, materialidades que podem, em um primeiro olhar, ser vistas como insignificantes, mas que, preservadas, podem promover novas inteligibilidades acerca dos passados da educação.

Desse modo, no Brasil, apesar da ascensão dos fenômenos memorial e de patrimonialização, ainda que estejamos frentes à consolidação do campo de pesquisas da História da Educação, desde fim dos anos 1990, o que se observa é a dificuldade das instituições educativas preservarem sua memória. Um olhar aligeirado pode levar a crer que isso seja uma prerrogativa das escolas públicas. Aqui se discorda dessa premissa, haja vista muitas instituições privadas, de longa data, confessionais ou não, não investirem no cuidado com os vestígios de seu passado. Prosseguindo no debate, neste texto não é o propósito a busca por dados quantitativos que poderiam iluminar a dúvida exposta, mas sim, procuram-se especulações verossímeis que permitem ampliar o olhar e complexificar possíveis apariências. Assim, nas escolas públicas, em que necessidades básicas demoram a ser atendidas, quando, por vezes, o Estado falha, pela morosidade, quando professores mantém relações frágeis de trabalho, com excesso de carga horária, há condições para atribuir valor à memória? É viável a construção de memoriais escolares, por exemplo? Isso não seria *um luxo*? Outra consideração: o passado da escola pública no Brasil, seletiva, excludente, reduto de formação de elites brancas e masculinas, que frequentaram prédios monumentais, é capaz de significar alguma coisa aos jovens estudantes, muitos deles pobres e negros, cujos pais e avós dela estiveram apartados? Essas vidas *aparecem* na memória das instituições? Por que lembrar? Isso produz sentidos para a juventude contemporânea? Neste país em que muitos concluintes do ensino médio fazem parte da primeira geração de sua família que chegou tão longe na escolarização, a memória da escola pública traduz, de algum modo, a memória desses sujeitos de hoje e de seus antepassados? Guarda-se para quem?

Passando agora para as instituições privadas, quando erigem seus museus e memoriais, qual a vontade de memória (Nora, 1993; Vidal e Paulilo, 2020) que se manifesta? Uma narrativa laudatória, edificante, em que não há espaço para a dissonância? Muitas vezes, sim.

Uma *memória propaganda*, mais interessada em fazer publicidade para atrair novos estudantes e suas famílias, evidenciando o lastro histórico que acompanha a trajetória institucional? Talvez... Enfim, o que quero dizer é que não são simples esses atravessamentos de discursos quando se pensa no cuidado com a memória das instituições educativas.

Essas são evidências dos paradoxos do Tempo Presente, discutido na parte inicial do texto, que, se por um lado, eleva a memória, o patrimônio e a identidade a patamares nunca antes pensados, por outro, essa “rede de palavras do presente” (Hartog, 2017, p. 47) ainda não atingem as políticas de Educação e a formação de professores de um modo amplificado. Talvez essas contradições não sejam vivenciadas apenas no Brasil, em 2012, o historiador Castillo Gomez, a partir da realidade da Espanha, falava da “inquietude da busca” (Gomez 2012, p. 67) por documentos da ordem do comum, especificamente considerando os cadernos escolares. Essa preocupação ainda faz parte dos percursos de quem se dedica à pesquisa em História da Educação.

Como professores e pesquisadores inscritos no Tempo Presente, valoramos a memória e sua função matricial, como bem maior, somos tocados por essas questões, afinal de contas, seguindo o que nos diz o filósofo Paul Ricoeur, sabemos que “não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela” (2007, p. 40).

Retomando a difícil realidade das escolas públicas, chamo a atenção para as adversidades que cotidianamente atravessam essas instituições. Em muitas delas, vivem-se problemas das mais variadas ordens, problemas estruturais dos edifícios, hidráulicos, elétricos, falta de professores, assaltos recorrentes, ou seja, falta o recurso financeiro público para manter o mínimo. Assim, se questiona, haverá condição de professores pensarem na preservação da memória quando as necessidades vitais são outras? Esses professores tiveram formação em seus cursos de licenciatura que os preparou para isso? Essas são questões agudas, sérias e que dificultam o trabalho daqueles que se dedicam à pesquisa em História da Educação. Neste sentido, Antonio Novoa defende que as escolas, bem como os cursos de formação docente tenham no “trabalho da memória” um alicerce de Educação, em suas palavras “Temos de produzir uma memória construída da Educação, pois é ela quem nos dará a lucidez para enfrentarmos os desafios do Presente” (Novoa, 2003, p. 5).

Sendo este um texto escrito no início do ano de 2025, meses depois que o Rio Grande do Sul enfrentou uma grande enchente que afetou muitas cidades, ceifou vidas e atingiu um grande número de escolas que resistiram/resistem ao quase desaparecimento de sua memória. Essas escolas, como microcosmos de toda a sociedade afetada, também vivem o trauma da perda, precisam elaborar simbolicamente o luto pelas perdas e, nesse processo, engendram-se ímpetos memoriais como possibilidades de, passado algum tempo, construirão sentidos para o que aconteceu. E, assim, na busca por esses sentidos, fico pensando no alto poder dos arquivos digitais, talvez o único modo de recuperar fragmentos de memória em papel dessas escolas, papeis contaminados pelas águas dos rios, em meio à sujidade. Ricoeur (2007) pondera que a “a memória se define, em primeira instância, como luta contra o esquecimento” (p. 424), ou seja, o lembrar se coloca como indispensável para que não se percam no véu do tempo, os acontecimentos de outrora. Salvar memórias residuais

das escolas por meio da produção de arquivos digitais é uma ação capaz de oferecer algum esteio, diante do quase desaparecimento de tudo.

Assim sendo, aqui se reverencia a memória das escolas, concebida como direito civil, fundante para o exercício da cidadania, que se manifesta no cuidado das materialidades pretéritas, com fins de construir narrativas sobre nós mesmos, individual e coletivamente. O direito à memória traduz-se como uma espécie de dívida da escola para todas e todos que por ela passaram. Ante a um passado em que poucos eram os eleitos de terem suas existências narradas, estamos imersos em um presente que nos provoca a reavaliar essa questão.

Entende-se a construção de lugares para a memória na escola como um compromisso social, político e ético, haja vista que neles se resguardarão bens culturais que, de alguma forma, pertencem a todos nós, sujeitos escolarizados. De acordo com Augustin Escolano Benito, esses bens precisam ser “buscados, conservados e difundidos porque nos pertencem e nos definem como sujeitos histórico-culturais” (2017, p. 274). E desse modo o conceito de patrimônio ganha amplitude em seu significado, abrangendo também aqueles bens excluídos de uma memória de caráter oficial, tem-se um processo de modificação do que deve ser preservado. Destacam-se, como exemplo destes bens excluídos, os inúmeros registros produzidos na escola, anotações de professores, atividades escolares, cadernos, fotografias. Quando estes bens da escola passam a integrar o conceito de patrimônio educativo como parte da identidade de um grupo de sujeitos, ocorre uma mudança nos gestos de guardar, inauguram-se outros olhares sobre os sujeitos escolares e os espaços educativos. Conforme Escolano Benito (2017), os bens da escola, antes excluídos agora passam a compor junto com o prédio o patrimônio do colégio, pois representam a identidade daquele grupo, temos assim a valorização da memória deste coletivo através dos seus bens materiais e imateriais produzidos.

E é nessa perspectiva que se entende a legitimidade dos arquivos digitais associados ao direito à memória e ao patrimônio educativo, fundantes para a cidadania, que instigam a pensar na responsabilidade social, política e ética, haja vista os documentos produzidos pelas escolas serem bens culturais. Arquivos digitais podem se tornar, portanto, patrimônios educativos, como uma “exortação para não esquecer” (Ricouer, 2007), como “pequenas felicidades do retorno das lembranças que acreditávamos perdidas para sempre” (p. 424) .

Roger Chartier, atento à força da memória na contemporaneidade, postula a “volta aos arquivos” (2002), como uma contrapartida diante do desgaste das metanarrativas históricas que levaram ao abandono dos grandes modelos explicativos. Mas esse novo olhar busca aquilo que é marcado por singularidades. Nas palavras do autor, “pelas escolhas que faz e pelas relações que estabelece, o historiador atribui sentido inédito às palavras que arranca do silêncio dos arquivos” (2002, p. 9). A importância da compreensão alargada da noção documental se manifesta na intenção de preservar e digitalizar distintos registros que documentam o passado das escolas. Desse modo, tudo que é guardado pode constituir-se em fontes que, problematizadas, permitem acercar-se dos itinerários de ambas as instituições e de seus sujeitos. São “documentos/monumentos” (Le Goff, 1996) que possibilitam aproximações sucessivas do universo social e cultural da Universidade, em diferentes temporalidades. Traduzem faces do cotidiano e mostram indícios de saberes e de práticas educativas.

Portanto, arquivos digitais também são lugares em que se cuidam de traços do passado, pensando, também, naqueles que virão depois de nós. “Destinado a guardar as coisas que restaram dos tempos que se perderam” (Albuquerque Jr, 2019, p. 58), Arquivos são construtos sociais, em sua dimensão memorial, com disposição para a “ambição de verdade” (Anhein, 2018, p. 122), a partir do vínculo material com tempo pretérito. Neles, preservam-se “vestígios de práticas humanas” (Anhein, 2018, p. 152), por vezes invisibilizadas, mas que, por meio de operações historiográficas, podem transformar-se em lugares da epistemologia da História.

Mas como na prática as escolas podem construir arquivos físicos e digitais com vistas a salvaguardar sua memória para os que virão. Primeiramente, é preciso que isso faça sentido para todos, professores, estudantes, comunidade em geral. Por isso, a importância dessas temáticas de estudo se fazerem presentes nos cursos de licenciatura. Segundo, essa ação precisa fazer parte de uma política institucional da memória da escola que tenha propósitos de envolver as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, mas que esteja amparada em políticas públicas de memória e patrimônio escolar. De qualquer modo, buscar parcerias com as Universidades que desenvolvem projetos semelhantes pode ser uma boa estratégia de reunir esforços e assim poder atender ao que Antonio Nôvoa nos diz. Neste sentido, Magalhães explica que, justamente, ainda é escassa a produção em História da Educação porque é comum não existir “uma política esclarecida sobre a conservação, preservação e organização documental, ficando os fundos documentais das instituições dependentes do arbítrio dos agentes responsáveis e dos imprevistos que o tempo e a gestão dos espaços, por vezes, exíguos, permitem” (Magalhães, 2004, p. 152).

Entretanto, é preciso destacar que o trabalho arquivístico requer cuidados e uso de técnicas e procedimentos que se deve seguir. A digitalização não é a primeira etapa de um trabalho de salvaguarda, longe disso. Atribuir o devido valor ao processo de digitalização documental não significa abandonar e descartar os arquivos físicos. Ambos importam, ambos nos trazem indícios de práticas humanas em outras temporalidades. Portanto, os papéis precisam em lugares salubres, higienizados, inventariados, catalogados, disponíveis à consulta pública e abertos sobretudo à comunidade escolar. Ao mesmo tempo, é muito importante que sejam digitalizados como forma de tentar democratizar o acesso e assim ampliar as possibilidades de produção de conhecimento e que cheguem à comunidade na perspectiva de construir a identidade escolar, envolvendo diferentes gerações que, assim, podem conhecer o que os que lhes antecederam fizeram na escola, articulando temporalidades. Ainda é preciso dizer que a digitalização é um modo legitimo de garantir que os documentos originais, se conservados em condições adequadas, possam ter uma maior perenidade, sendo manuseados apenas em situações específicas.

Heloisa Bellotto (2017) explica que Arquivos abarcam patrimônios documentais, portanto a eles importa guardar e difundir os documentos acumulados pelas instituições. As ações de preservar memórias em papel e, ao mesmo tempo, permitir o acesso a essas materialidades configuram os maiores compromissos dos Arquivos, afinados aos princípios de cidadania, fundamentais em sociedades democráticas. Eu acrescentaria a intenção de preservar arquivos digitais. Diana Vidal, com base nas observações de Pierre Nora (1993), destaca os Arquivos como lugares de memória, lugares duplos enquanto locais de guarda

de seus acervos, mas, ao mesmo tempo, “constantemente abertos a novas leituras acerca do passado e do presente” (Vidal, 2005, p. 19). Lugares que necessitam de tratamento adequado, com organização e descarte, entendidos como procedimentos complementares, situados dentro de um processo técnico, no campo da arquivística, que exige, dessa forma, o diálogo entre historiadores e arquivistas.

Para concluir: Por uma nova sensibilidade nos usos dos arquivos digitais

Neste ensaio, interessada pelas questões próprias do Tempo Presente e instigada a tensionar mais os arquivos, procurei refletir sobre os documentos digitais e suas relações com dois conceitos sintomáticos da contemporaneidade: a memória e o patrimônio. Neste sentido, em meio a provocações próprias do tema, ponderei sobre os usos desses documentos, as vontades de produzi-los, seus limites e potências, pensando no leitor interessado na pesquisa em História da Educação.

Com vistas a “proteger o presente e proclamar o futuro” (Hartog, 2017, p. 46), nessas páginas se sustentou a defesa dos arquivos digitais como uma importante estratégia de salvaguarda de informações que, talvez, tenham uma sobrevida maior que os papéis armazenados em condições precárias. Entretanto, esse processo de transposição de arquivos físicos para digitais exige meditações, para que não se tomem essas ações como algo simples. Não é.

Evitando a todo o custo a simplicidade dessas ações, é preciso considerar que, se por um lado, a existência dos repositórios virtuais pode representar uma forma mais democrática de acesso à informação, isso nem sempre é uma realidade. Muitos desses repositórios exigem pagamento de taxas de uso, o que dificulta o trabalho dos pesquisadores, sobretudo dos estudantes. Ainda nessa perspectiva, é necessário admitir que o acesso à *internet*, bem como a aquisição de computadores, *tablets*, *smartphones*, ainda está longe de alcançar a maioria da população, sobretudo em países com distribuição de renda tão díspar, como é o Brasil. Portanto, a presença dos repositórios digitais pode sugerir relações mais democráticas de produção de conhecimento histórico, mas há implicações de ordem econômica e social, que não devem ser ignoradas, sobretudo em países com fortes desigualdades sociais. Neste sentido, indago e respondo: Qual é o maior compromisso dos arquivos/repositórios como lugares de memória? Servir à sociedade, numa perspectiva de democracia, justiça social e formação de cidadania.

Arlette Farge (2009) nos fala dos Arquivos físicos como lugares singulares e complexos, em que podemos aprimorar experiências sensoriais, “captar as falas” e reconhecer “rostos e sofrimentos, emoções e poderes criados para controlá-los” (p. 94). Albuquerque Jr. (2019) também nos leva a pensar na importância das experiências sensoriais, provocadas pelo manuseio das fontes, que permite ao pesquisador, por exemplo, perceber as marcas temporais em cada materialidade arquivada. Retomando a epígrafe que inaugura este texto, indago: os silêncios dos Arquivos físicos seriam diferentes dos silêncios que se colocam entre o pesquisador e o computador? É possível comover-se diante de um arquivo digital? Esses sentimentos podem ser aforados diante de telas? O que ela nos permite perceber ao examinarmos documentos?

Manuel Castells (2020), em recente entrevista, diz que “nossa mundo é e será necessariamente híbrido, feito de realidade carnal e realidade virtual. É uma cultura da virtualidade real, porque essa virtualidade é uma dimensão fundamental da nossa realidade”. Nesta perspectiva, Diana Vidal postula a importância da convivência de arquivos físicos e digitais como um modo de “almejar assegurar a indestrutibilidade do texto e de suas formas de difusão”, sabendo-se que, “enquanto objetos culturais, o impresso e o digital indiciam aspectos das sociedades que os produziram e produzem e em que circularam (ou circulam).” A partir dessas duas considerações que propõem uma sincronia entre o físico e o digital, conclui que, como historiadores da educação, podemos realizar movimentos de aproximação inventiva dos artigos digitais, tomando de empréstimo mais uma expressão de Certeau, como fazemos com qualquer outro suporte de informações.

O passado, como alteridade que é, constitui-se em uma ausência, quase uma desaparição. Restam alguns poucos signos, “rastros de existência” (Albuquerque Jr, 2019), como vestígios, que sobreviveram até o momento presente. Como traços de outrora, todas as fontes possuem insuficiências e grandezas, em grande parte relacionadas ao tipo de pergunta feita pelo pesquisador. Neste sentido, observa-se a força arquivos digitais e sua capacidade de, indiciariamente, nos conduzirem a outros tempos.

Encerro essa reflexão, reforçando o significado dos processos de digitalização de documentos pela sua enorme contribuição para a preservação da memória, com vistas a escapar do esquecimento, considerado por Ricoeur o maior inimigo da memória e consequentemente da história. Arquivos digitais “preservam o presente para o futuro, ao transmitirem testemunhos e experiências autênticas da atividade humana através dos tempos” (Ketelaar, 2018, p. 198).

Físicos ou digitais, nossa relação com as fontes, segundo Albuquerque Jr.,

não é apenas da ordem do racional, os documentos emocionam, mexem com a sensibilidade do pesquisador, os documentos tornam-se mais ou menos relevantes, tornam-se dignos da eleição, de escolha, de seleção, de recolha, de registro e de citação pela emoção que causam no pesquisador, pelo impacto sensível que exercem sobre quem os lê (2019, p. 63).

Este é um tempo em que somos subjetivados a construir *novos sabores* para a prática historiográfica, sendo o digital um dos elementos que traz esse novo gosto, pelas muitas possibilidades investigativas que nos traz. É preciso, portanto, investir no exercício do paradigma indiciário de Ginzburg (1989), exercitar o faro, aguçar os *olhos de lince*, acreditar nas intuições, prestar atenção aos detalhes, nas aparentes banalidades, que podem, em um primeiro olhar, parecerem imperceptíveis, mas a persistência da busca por esses indícios de sensibilidades pode levar o historiador a fascinantes descobertas, dentro das possibilidades que a tela permite.

Neste Tempo Presente, constituído por ondas memoriais e ânsia patrimonialista, ampliam-se vertiginosamente os arquivos digitais. Pensar nesse modo de arquivar pressupõe considerá-los como *pontes*, pelas suas capacidades de guardar e de serem propagados, promovendo, assim, a ampliação da produção historiográfica.

Fecha de recepción: 03/02/2025

Fecha de aceptación: 06/08/2025

Referências bibliográficas

- Albuquerque Jr., D. M. (2019). *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história* (1a ed.). Intermeios.
- Anhein, E. (2018). Arquivos singulares – o estatuto dos arquivos na epistemologia histórica: uma discussão sobre *A memória, a história, o esquecimento* de Paul Ricoeur. En L. Nedel y L. Heymann (Orgs.), *Pensar os arquivos: uma antologia* (pp. 121-154). FGV Editora.
- Bellotto, H. (2017). *Arquivos: estudos e reflexões*. Editora UFMG, 2017.
- Brasil, E., & Nascimento, L. F. (2020). História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Estudos Históricos*, 33(69), 196-219. <https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000100011>
- Castells, M. (2020, 15 de mayo). *O digital é o novo normal*. Fronteiras do Pensamento. <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/o-digital-e-o-novo-normal>
- Certeau, M. de. (1987). Histoire et psychanalyse entre science et fiction. En J. Leduc (Ed.), *Histoires et le temps. Conceptions, problématiques, écritures* (pp. 67-83). Éditions du Seuil.
- Certeau, M. de. (2008). *A escrita da história* (2a ed.). Forense Universitária.
- Chartier, R. (1995). Textos, impressos, lecturas. *Revista de História*, 132, 9-21.
- Chartier, R. (1999). *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Editora UNESP.
- Chervel, A. (1990). História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, 2, 177-229.
- Cunha, M. T. S. (2019). *(Des)arquivar: arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente*. Rafael Copetti Editor.
- Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. (2005). Arquivo Nacional.
- Escolano Benito, A. (2017). *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*. Alínea.
- Farge, A. (2009). *O sabor do arquivo*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Ginzburg, C. (1989). *Mitos, emblemas, sinais*. Cia. das Letras
- Gomez, A. C. (2012). Educação e cultura escrita: a propósito dos cadernos e escritos escolares. *Educação*, 35(1), 66-72.
- Hartog, F. (2013). *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Autêntica.
- Hartog, F. (2017). *Crer em história*. Autêntica.
- Houaiss, A. (2004). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Objetiva.
- Huyssen, A. (2000). *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Aeroplano.

- Julia, D. (2001). A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, 1, 9-43.
- Ketelaar, E. (2018). (Des)construir o arquivo. En L. Nedel y L. Heymann (Orgs.), *Pensar os arquivos: uma antologia* (pp. 193-206). FGV Editora.
- Le Goff, J. (1996). *História e memória*. Editora da Unicamp.
- Magalhães, J. (2004). *Tecendo Nexos: história das instituições educativas*. Editora Universitária São Francisco, 2004.
- Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, 10, 7-28.
- Nóvoa, A. (2003). *Entrevista* [Entrevista]. Centro de Referência em Educação Mario Covas. http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ent/antonio_novoa.pdf
- Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Editora Unicamp.
- Souza-Chaloba, R. (2013). Preservação do patrimônio escolar: notas para um debate. *Revista Linhas*, 14(26), 199-221. <https://doi.org/10.5965/1984723814262013199>
- Vidal, D. G. (2002). O livro e a biblioteca, o documento e o arquivo na era digital. *História da Educação*, 6(11), 53-64.
- Vidal, D. G. (2005). Arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, 5(2 [10]), 71-73. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38646>
- Vidal, D. G. (2017). História da educação como arqueologia: cultura material escolar e escolarização. *Revista Linhas*, 18(36), 251-272. <https://doi.org/10.5965/1984723818362017251>
- Vidal, D. G., & Paulilo, A. (2020). Arquivos e educação: prática de arquivamento e memória. *Revista de Educação Pública*, 29, 1-17. <https://doi.org/10.29286/rep. v29ijan/dez.9329>
- Viñao Frago, A. (1995). Historia de la educación e historia cultural. *Revista Brasileira de Educação*, (0), 63-82.
- Viñao Frago, A. (2008). Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. En A. C. V. Mignot (Org.), *Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita* (pp. 15-34). EdUERJ.

Biografía

Dóris Bittencourt Almeida

Doutora em Educação (PPGEDU/UFRGS), Professora Associada IV de História da Educação da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação/UFRGS, Líder do Grupo de Pesquisa GARPE/CNPq – Arquivos, Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação. Bolsista Produtividade Pq-2/CNPq.